



REFERÊNCIA: Projeto de Lei da Casa nº 710/2024

AUTOR: DEPUTADO JAIR FARIAS

ASSUNTO: “Institui a obrigatoriedade de as concessionárias de água e energia elétrica oferecerem a opção de pagamento antes da suspensão do serviço no Estado do Tocantins, e dá outras providências.”

RELATOR: DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO

PARECER DE RELATORIA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, o Projeto de Lei nº 710/2024, de autoria do Deputado JAIR FARIAS, que “Institui a obrigatoriedade de as concessionárias de água e energia elétrica oferecerem a opção de pagamento antes da suspensão do serviço no Estado do Tocantins, e dá outras providências.”

Conforme a justificativa do nobre parlamentar, a proposta determina que as empresas disponibilizem opções de pagamento via cartão de crédito, débito, boleto, dinheiro ou PIX. Ademais, impede a suspensão do fornecimento caso o agente designado não possua os meios necessários para receber o pagamento. Também permite que as concessionárias criem uma taxa de negociação a ser cobrada na fatura seguinte.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

É o relatório.



II – ANÁLISE

2.1 Constitucionalidade Formal

A competência para legislar sobre serviços de água e energia elétrica, enquanto serviços públicos essenciais, é matéria de interesse comum entre União, Estados e Municípios. No entanto, a prestação desses serviços ocorre por meio de concessões federais, sujeitas à regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Nos termos do **artigo 22, IV, da Constituição Federal**, compete **privativamente à União legislar sobre energia elétrica e águas**, sendo permitido aos Estados apenas legislar de forma suplementar sobre matérias que não contrariem normativas federais.

O projeto propõe uma obrigação direta para concessionárias de âmbito federal, o que pode configurar uma invasão da competência da União e um possível vício de iniciativa. Além disso, há o risco de conflito com normas da ANEEL e da ANA, que disciplinam os procedimentos para suspensão dos serviços públicos em caso de inadimplência.

Portanto, **há indícios de inconstitucionalidade formal**, pois o projeto invade competência legislativa da União, regulando matéria já normatizada por órgãos federais.

2.2 Constitucionalidade Material

Do ponto de vista material, o projeto busca proteger o consumidor, garantindo mais opções de pagamento antes da suspensão do serviço. Esse objetivo está alinhado com o **Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990)**, especialmente com o princípio da vulnerabilidade do consumidor e a necessidade de transparência nas relações de consumo.

Entretanto, o **Supremo Tribunal Federal (STF)** tem **jurisprudência consolidada no sentido de que Estados e Municípios não podem interferir na regulação de concessões de serviços públicos federais**, especialmente quando impõem obrigações que afetam a execução dos contratos de concessão.



O projeto também pode contrariar a **Resolução Normativa nº 1.000/2021 da ANEEL**, que estabelece os procedimentos específicos para suspensão de fornecimento de energia elétrica, incluindo prazos, notificações e condições para religação. A exigência de um meio de pagamento no ato do corte pode ser considerada uma interferência indevida na execução desses contratos.

Dessa forma, há **indícios de inconstitucionalidade material**, pois a proposição pode criar conflito com normas federais que já regulam a matéria.

2.3 Legalidade

Embora o projeto tenha um propósito legítimo e de relevante interesse social, há o risco de ilegalidade em razão da hierarquia normativa. Como mencionado, normas federais já disciplinam os procedimentos de suspensão do serviço e os contratos de concessão, o que pode tornar a lei estadual inaplicável.

Além disso, a criação de uma taxa de negociação domiciliar pelas concessionárias pode gerar questionamentos quanto à ausência de previsão em contratos de concessão e regulamentações federais, podendo ser considerada uma cobrança indevida caso não seja prevista na regulação setorial.

2.4 Técnica Legislativa

O projeto segue, em linhas gerais, a estrutura prevista na **Lei Complementar nº 95/1998**, que regulamenta a elaboração das leis. No entanto, recomenda-se ajustes para maior clareza e adequação ao ordenamento jurídico:

1. **Delimitação da competência estadual** para evitar conflito com normas federais.
2. **Especificação das concessionárias abrangidas**, garantindo que o projeto não ultrapasse a competência estadual.
3. **Revisão do artigo 4º**, pois a previsão de uma taxa sem base legal pode gerar insegurança jurídica.



III – VOTO

Ante o exposto, em razão dos vícios de inconstitucionalidade formal e material, além de possível ilegalidade em razão da interferência na regulação de concessões federais, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 710/2024, na forma apresentada.

Sala das Comissões, em 05 de fevereiro de 2025.

JOSE LUIZ PEREIRA
JUNIOR:69385912100

Assinado de forma digital por JOSE
LUIZ PEREIRA JUNIOR:69385912100
Dados: 2025.02.18 10:46:13 -03'00'

Deputado Professor Júnior Geo

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) *Prof. Juremaes Geo*, referente ao(a) *PL* n° *710* / *2024*.

OBS:.....

.....

Encaminhe-se (a)(ao) *Arquivo*.....

.....

Sala das Comissões, *25* de *fevereiro* de 2025

[Assinatura]
Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

Dep. VALDEMAR JÚNIOR(<i>x</i>)	Dep. JORGE FREDERICO()
Dep. LEO BARBOSA()	Dep. OLYNTHO NETO()
Dep. CLAUDIA LELIS(<i>x</i>)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO()
Dep. GUTIERRES TORQUATO(<i>x</i>)	Dep. GIPÃO()
Dep. MOISEMAR MARINHO(<i>x</i>)	Dep. MARCUS MARCELO()

MEMBROS SUPLENTE